

Réplicas

Robert J. Fogelin
Dartmouth College

Tradução: Jefferson dos Santos Marcondes Leite
(IFPA – *campus* Breves)
Email: kingdoomanathema@yahoo.com.br

Revisão técnica: Plínio Junqueira Smith
(UNIFESP)
Email: plinio.smith@gmail.com

Respostas aos comentários de Jay Rosenberg

Começarei respondendo aos comentários de Jay Rosenberg porque ele parece ser o mais favorável às afirmações centrais que faço, tanto nas *Reflexões pirrônicas sobre o conhecimento e justificação* (RP), quanto no meu artigo de Oviedo. É claro, ele não aceita tudo, mas estou inclinado a pensar que suas críticas, embora comumente muito corretas, podem, com algumas exceções, ser consideradas como sugestões para alterações amigáveis para a posição que desenvolvi.

Rosenberg começa dizendo que sua “tese principal a respeito das visões de Fogelin e Lewis é que suas semelhanças talvez sejam mais admiráveis e mais importantes do que as suas diferenças”. Eu acho que isso (talvez) seja um pouco exagerado, mas Rosenberg está certamente correto em sustentar que há muitas semelhanças fundamentais entre a posição que Lewis e eu desenvolvemos. Nós dois sustentamos que a epistemologia, quando praticada de maneira tradicional, ou seja, irrestritamente, tende a anular as afirmações de conhecimento mais do que justificá-las. Lewis e eu também concordamos a respeito dos mecanismos que movem essa tendência autodestrutiva: a epistemologia, como é praticada tradicionalmente, chama nossa atenção para uma variedade de possíveis anuladores remotos que, quando fazemos epistemologia, não podemos nem ignorar nem eliminar. No entanto, nossas posições diferem em suas explicações dos mecanismos que invocam essas possibilidades anuladoras remotas. Simplificando, Lewis invoca a semelhança para explicar isso; eu introduzo a noção de aumento de níveis de escrutínio para explicá-la. Em meu ensaio, apresento razões para preferir a minha descrição à de Lewis, mas uma vez que Rosenberg parece expressar alguma preferência pela minha descrição em relação à de Lewis, não entrarei nesse assunto novamente aqui. Concentrar-me-ei, por outro lado, em alguns dos comentários sagazes que Rosenberg fez sobre minha posição e tentarei formular respostas para eles.

Deixe-me citar o que considero ser sua observação mais desafiadora com alguma:

... quero sugerir, no entanto, que o mecanismo pelo qual um nível aumentado de escrutínio nos conduz a uma avaliação epistêmica negativa, de fato, pode e deve ser desacoplado da cláusula das “razões adequadas” da análise do próprio Fogelin de ‘S sabe que P’, isto é, a exigência de que as razões sobre as quais S justificadamente chega em sua crença que P estabelece a verdade do que ele crê. Fogelin raciocina da seguinte forma: dada nossa informação adicional, reconhecemos que as razões (postuladas) de S para crer que P não são suficientes para estabelecer a verdade de P. Uma vez que (em sua análise) a cláusula das “razões adequadas” especifica uma condição necessária para a verdade de ‘S sabe que P’, segue-se imediatamente que ‘S sabe que P’ é falso.¹ [p. 63/20]

Devo confessar que isso representa a maneira em que eu pareço argumentar no artigo e também em vários lugares diferentes das RP (Rosenberg fornece citações). Em resposta a argumentações desse tipo, Rosenberg observa:

O que é surpreendente sobre essa linha de raciocínio é que ela não faz uso da noção de aumento de nível de escrutínio. Isso não é um acidente. Os “níveis de escrutínio”, afinal de contas, não dizem respeito sobre a verdade objetiva, mas sim sobre a regulamentação do comportamento epistêmico responsável. [p. 63/21]

Rosenberg está simplesmente certo sobre isso. Não somente ele está certo, como esse é um ponto sobre o qual eu deveria ter insistido, em vez de, às vezes, escrever de maneiras que parecem ir contra ele. É claro que os níveis de escrutínio governam o que conta como sendo epistemicamente responsável, e não a cláusula das razões adequadas! É por meio do aumento do que conta como sendo epistemicamente responsável que o ceticismo cartesiano tenta abrir o seu caminho conosco. Eu não digo realmente isso nesse ensaio, mas nas RP digo algo que equivale a dizê-lo:

[A explicação das afirmações de conhecimento que ofereci] não gera problemas céticos, porque tais problemas dependem de privilegiar níveis irrestritos de escrutínio — um passo completamente independente da análise que apresentei (RP 100/142).

Essas reflexões conduzem naturalmente a uma consideração do único lugar em que Rosenberg discorda sem rodeios de uma afirmação

¹ N. do T. Fogelin não adicionou o número das páginas em todas as citações dos seus interlocutores neste texto. Vamos acrescentá-las para facilitar a localização das passagens. O primeiro número será a indicação da página no texto original e o segundo a indicação da tradução para o português.

que sustento no fundo do meu coração. Perto do fim do artigo, ele observa:

Eu tenho um negócio mais importante para tratar, a saber, a afirmação provocativa de Fogelin de que se pode levantar o nível de escrutínio somente pela reflexão. Colocando minha opinião em poucas palavras, eu não acredito nisso. [p. 65/22]

Minha resposta a isso é muito simples. Reconheço livremente que existiram excelentes filósofos (Moore, Austin, Quine, Rosenberg) que não podem abrir o seu caminho para o ceticismo radical sem usar outro veículo que não uma poltrona. Esses filósofos são, talvez de maneira abençoada, conservadores com respeito aos níveis de escrutínio e são contrários a aumentá-lo sem boas razões. Outros filósofos — alguém poderia estar inclinado a dizer a maioria dos filósofos — não são como eles. É um fato que eles realmente levam os cenários céticos a sério. Quando fazem epistemologia, essas dúvidas céticas impõem-se a eles, e eles considerariam irresponsável não levá-las a sério. Diferente do cético cartesiano, o cético pirrônico não tem interesse em percorrer essa rua, pois o cético pirrônico não está interessado em estabelecer uma avaliação epistêmica negativa forte. Nem eu estou.

Resposta aos comentários de Enrique Villanueva

Com uma pequena exceção, acho que o Professor Villanueva compreendeu as características básicas da minha posição de maneira correta e, por esse motivo, suas críticas são pontuais e têm de ser satisfeitas diretamente. Antes de voltar para assuntos mais importantes, deixe-me tirar essa exceção do caminho.

No começo de seus comentários, Villanueva descreve os casos Gettier desta forma: em um caso, Gettier S afirma saber que p , mas nós estamos “a par de informações extras que faltam a S , introduzindo assim outro nível de escrutínio, no qual aparentemente S agiu com irresponsabilidade epistêmica” [p. 68/25]. Essa não é minha posição. A essência dos casos Gettier é que S agiu com responsabilidade epistêmica, pois, dada as informações que ele possui (ou se pode esperar razoavelmente possuir), ele está operando em um nível de escrutínio apropriado. Em um caso Gettier, temos informações que nos permitem reconhecer algo que S não pode estar razoavelmente apto a reconhecer, isto é, que um nível mais alto de escrutínio está à disposição e, nesse nível mais alto de escrutínio, suas razões não são fortes o bastante para estabelecer a verdade do que ele afirma saber.

Com isso fora do caminho, podemos voltar para as questões centrais nos comentários de Villanueva. Na maior parte, Villanueva não está interessado em meu tratamento dos casos Gettier, mas concentra seus esforços sobre o que tenho a dizer sobre o ceticismo

radical. Minha posição, como Villanueva corretamente a descreve, é que o empreendimento tradicional da epistemologia destrói o conhecimento por não estabelecer limites para o alcance dos anuladores possíveis que ele considerará, com o resultado de que o nível de escrutínio se torna tão alto que não admite resposta. Minha principal preocupação era mostrar como o ceticismo realmente crescia a partir do empreendimento epistemológico. Eu disse relativamente pouco sobre o que se deveria fazer a esse respeito, pois acho que a resposta é óbvia: parar de fazer epistemologia, ao menos da maneira tradicional irrestrita. Há o bastante coisa para se fazer sem se emaranhar nos problemas relacionados às dúvidas céticas radicais – de passagem, uma ideia que Quine defendeu.

Villanueva sugere que “esse parece um conselho desesperado” [p. 70/27]. Ele nota que eu não apresentei um “argumento demonstrativo no sentido de que é impossível refutar o cético radical” [p. 70/27]. Isso é certamente verdade. Eu busquei uma estratégia muito diferente: tentei expor o mecanismo conceitual que conduz alguém às dúvidas radicais se o conhecimento é buscado de uma certa maneira (irrestrita, hiperbólica). Villanueva mantém a esperança de que “poderia haver uma maneira teórica de anular essas dúvidas hiperbólicas e impedir a multiplicação dos contextos que exigem mais escrutínio” [p. 71/28]. É claro, não existem maneiras de excluir tais possibilidades abstratas, mas as perspectivas não parecem boas, se estou certo em sustentar que o empreendimento epistemológico é a origem das dúvidas hiperbólicas. Variando uma ironia de Wittgenstein, que já é ela mesma uma variação de um *bon mot* de Karl Kraus, “a epistemologia é a enfermidade para a qual deveria ser a cura”.

Ainda assim, eu concordo com o conselho de Villanueva de que “devemos continuar a buscar [...] um argumento demonstrativo contra o cético radical e, ao mesmo tempo, continuar com a atividade epistêmica” [p. 71/28]. Nas palavras de Hume, “o verdadeiro cético desconfiará de suas dúvidas filosóficas tanto quanto de suas convicções filosóficas”.

Respostas aos comentários de Luis Valdés-Villanueva

A resposta do professor Luis Valdez é importante por ao menos três razões:

- I. Ela parece mostrar que minha posição tem consequências contraintuitivas.
- II. Ela contém uma exigência razoável para que eu explique mais claramente as maneiras pelas quais minha posição é contextualista e as maneiras pelas quais ela não o é.
- III. No fim do seu artigo, ele apresenta uma maneira alternativa de entender as minhas ideias básicas que tem

considerável mérito ao fornecer uma maneira de tratar dos problemas contextualistas que ele levantou.

I. A suposta dificuldade com a minha análise das afirmações epistêmicas que Valdez apresenta é de alguma forma semelhante aos desafios propostos por Fred Michaels e Storrs McCall e discutidos nas páginas 97 e 98 das *RP* [139-140]. McCall sugeriu que, em minha discussão, se *S* sabe algo depende de quem está fazendo a avaliação epistêmica – isto é, da perspectiva de *A*, *S* pode saber que *p*, mas não da perspectiva de *B*. Michaels enfatizou isso ao apresentar um exemplo no qual, aparentemente, um novato pode saber algo que um perito não pode. No exemplo de Michaels, um mecânico de carros tem uma informação que falta a um novato, a saber, que certo jeito de testar os freios, embora razoavelmente confiável, às vezes não funciona. O exemplo dos cogumelos de Valdez parece bastante com o de Michaels, mas, por outro lado, é diferente, como ele diz, porque ele e seu amigo “não estão colocando sobre a mesa qualquer fato novo a ser considerado” [p. 75/32]. Em seu exemplo, o nível de escrutínio aumenta simplesmente por causa da meticulosidade de seu amigo, que aparentemente o afeta também. Então, estamos dizendo que o aldeão – alguém que não é tão meticuloso – realmente não sabe que os cogumelos são seguros? Se respondermos essa questão na afirmativa, como minha análise parece exigir, não nos comprometeremos com algo muito estranho de fato?

Primeiramente, é uma parte explícita de minha posição que novos fatos não sejam sempre necessários para aumentar os critérios de escrutínio; eles podem ser aumentados também por algo como ser meticuloso. Em meu artigo, ecoando as *RP*, eu observo, “quando o preço por estar errado é alto, podemos ser muito cuidadosos na eliminação de possíveis revogadores” [p. 48/06]. O amigo meticuloso de Valdez é precisamente alguém que refletiu sobre o preço de estar errado – e isso é bastante razoável, pois identificar corretamente os cogumelos é um assunto de vida ou morte. Portanto, agora estamos dizendo que o aldeão realmente não sabia que os cogumelos eram seguros? Isso é precisamente o que diremos, pois, segundo a orientação de Valdez, adotamos uma visão meticulosa a esse respeito.

II. A dificuldade com essa resposta ao exemplo do Valdez é que ela parece me comprometer com um contextualismo completo quando, de fato, eu insisto bastante sobre não ser um contextualista. Uma maneira de tratar desse assunto é dizer que, em minha explicação, embora os níveis de escrutínio sejam vinculados ao contexto, as afirmações de conhecimento não o são. Infelizmente, isso parece claramente incoerente. Em minha concepção, as afirmações de conhecimento têm dois componentes: um componente de razões adequadas e um componente de desempenho epistêmico responsável. Mas, como eu insisti muitas vezes, o que contará como desempenho

responsável mudará de contexto para contexto, portanto, as afirmações de conhecimento, tendo um componente de vinculação com o contexto devem, como um todo, ser vinculadas ao contexto também. O exemplo dos cogumelos de Valdez mostra isso de uma maneira não forçada, portanto, convincente. Então, um esclarecimento é necessário.

Eu acho que na discussão das páginas 95 até a página 98 [p. 136-140], as *RP* mostram o que eu tinha em mente ao negar que a verdade de uma afirmação epistêmica é vinculada ao contexto, embora eu devesse ter afirmado isso com mais força. Em suma, eu nego que as afirmações de conhecimento sejam caracterizadas por contextos particulares. Para mencionar o que eu considero ser um caso paralelo, exceto quando corrompido por má instrução filosófica, nós não dizemos que a mesma proposição pode ser verdadeira para uma pessoa e não verdadeira para outra pessoa. Por exemplo, é incoerente dizer que é verdade para o aldeão que os cogumelos são seguros, mas não é verdade para Valdez e seu amigo meticuloso — isto é, salvo se consideramos a expressão “verdade para” como uma maneira de se referir às crenças da pessoa. Da mesma forma, é incoerente afirmar que o aldeão sabia que os cogumelos eram seguros relativo ao seu contexto ordinário, mas não sabia relativo ao contexto meticuloso ocupado por Valdez e seu amigo. Julgamentos epistêmicos são feitos sempre de dentro de um contexto epistêmico; eles não são sobre ele. Além do mais, e essa é uma questão crucial, o nível de escrutínio é determinado pela pessoa que faz a avaliação epistêmica e não pela pessoa que está sujeita à avaliação. Se *A* diz que *S* sabe (ou não sabe) que *p*, o nível de escrutínio é fixado pelo contexto de *A*, não pelo contexto de *S*.

Estas últimas observações podem levantar uma objeção profunda: em minha análise, não parece haver nenhuma maneira de estabelecer categoricamente se alguém (digamos, o aldeão de Valdez) sabe algo ou não. Se isso é apresentado como uma objeção, ela simplesmente erra o alvo, a ideia que estou defendendo. Embora eu tenha apontado como vários elementos normativos fazem parte de avaliações epistêmicas, não estou preocupado em formular critérios para tais avaliações. Meu objetivo é entender como as avaliações epistêmicas funcionam para lançar luz sobre duas coisas: porque os casos Gettier surgem e porque, julgada por seus próprios critérios, a epistemologia tem constantemente ficado aquém de seus objetivos. Não estou tentando defender uma afirmação epistêmica negativa forte. Dado isso, eu poderia ser mais um patologista do que um cético, mas, como eu os leio, os pirrônicos foram patologistas também.

III. Eu acho que a parte mais interessante da resposta de Valdez ocorre em seu parágrafo final, quando ele sugere uma alternativa para minha maneira de formular minha posição, que evita o que ele considera ser minha vacilação (ou falta de clareza) a respeito do

contextualismo. Como ele diz, “acho que se deve reconhecer que há uma tensão entre sua análise [Fogelin] (K) de “*S* sabe que *p*” mais o caráter dependente do contexto do procedimento justificatório e sua negação de qualquer tipo de contextualismo” [p. 78/35]. Na verdade, como tentei explicar, não acho que minha posição envolve a “negação de qualquer tipo de contextualismo”. Mesmo assim, as sugestões de Valdez para reformular minha posição são de considerável interesse.

Valdez sugere que aceitemos a distinção de David Kaplan entre conteúdo e o caráter e a apliquemos ao presente problema como se segue. O caráter da afirmação de que *S* sabe que *p*, isto é, aquilo que permanece constante através da mudança de contexto, é dado em minha cláusula das razões adequadas. O conteúdo, isto é, aquilo que muda de contexto para contexto, é a cláusula do desempenho, pois ela se enquadra no controle da mudança dos níveis de escrutínio. Dado isso, Valdez diz o seguinte:

Não há nenhum mistério em sustentar que ambas as frases atribuidoras (“*A* sabe que este tipo particular de cogumelo não é venenoso” e “*A* não sabe que este tipo particular de cogumelo não é venenoso”) são ambas verdadeiras, pois elas têm diferentes condições de verdade. Não há mais mistério sobre a maneira em que as condições de verdade dessas frases de atribuição variam com o contexto do que há sobre o tipo de condições de verdade de “agora estou tendo uma refeição” ou “isso é um livro” variam com o contexto. [p. 78/35]

Uma vez que a distinção de Kaplan entre o caráter e o conteúdo provou ser muito útil no tratamento dos indexicais padrão, não é surpresa vê-la sendo usada no desenvolvimento de uma descrição contextualista de afirmações epistêmicas — embora eu não conheça ninguém que tenha feito isso antes de Valdez. Minha dificuldade básica com essa sugestão é que não penso que ela se encaixe com o que Valdez chama de “nossas intuições ordinárias sobre atribuições de conhecimento” XXX [p. 78/35-6]. Não penso que Valdez e seu amigo meticuloso — tendo decidido que o aldeão não sabia que os cogumelos eram seguros — concordariam alegremente que, ainda, em seu próprio contexto menos meticuloso, o aldeão não sabia isto. O máximo que se poderia dizer é que o aldeão compreensivelmente pensou que ele sabia que eles eram seguros. A esse respeito, acho que minhas intuições são inabaláveis.

No entanto, suponhamos que Valdez esteja certo em sua explicação indexical das avaliações epistêmicas, quanta diferença ela faria? Bem, certamente me exigiria reescrever bastante. Não acho, porém, que as ideias centrais das *RP* correriam perigo. Embora a história seria contada de uma forma diferente, os elementos básicos ainda estariam no lugar: primeiro, as avaliações epistêmicas envolvem dois tipos de avaliação, uma avaliação das razões e uma avaliação da responsabilidade epistêmica; e, segundo, tais avaliações são governadas por níveis mutáveis de escrutínio. Este é o aparato

necessário, primeiro, para dar o que eu considero o diagnóstico correto dos casos Gettier e, depois, para explicar por que o conhecimento parece evaporar sob o exame atento dos epistemólogos. Se isso está correto, então não estou sob significativa pressão para mostrar que minha análise é superior à alternativa indexical de Valdez — embora eu continue a pensar que é.

Sképsis

2019